

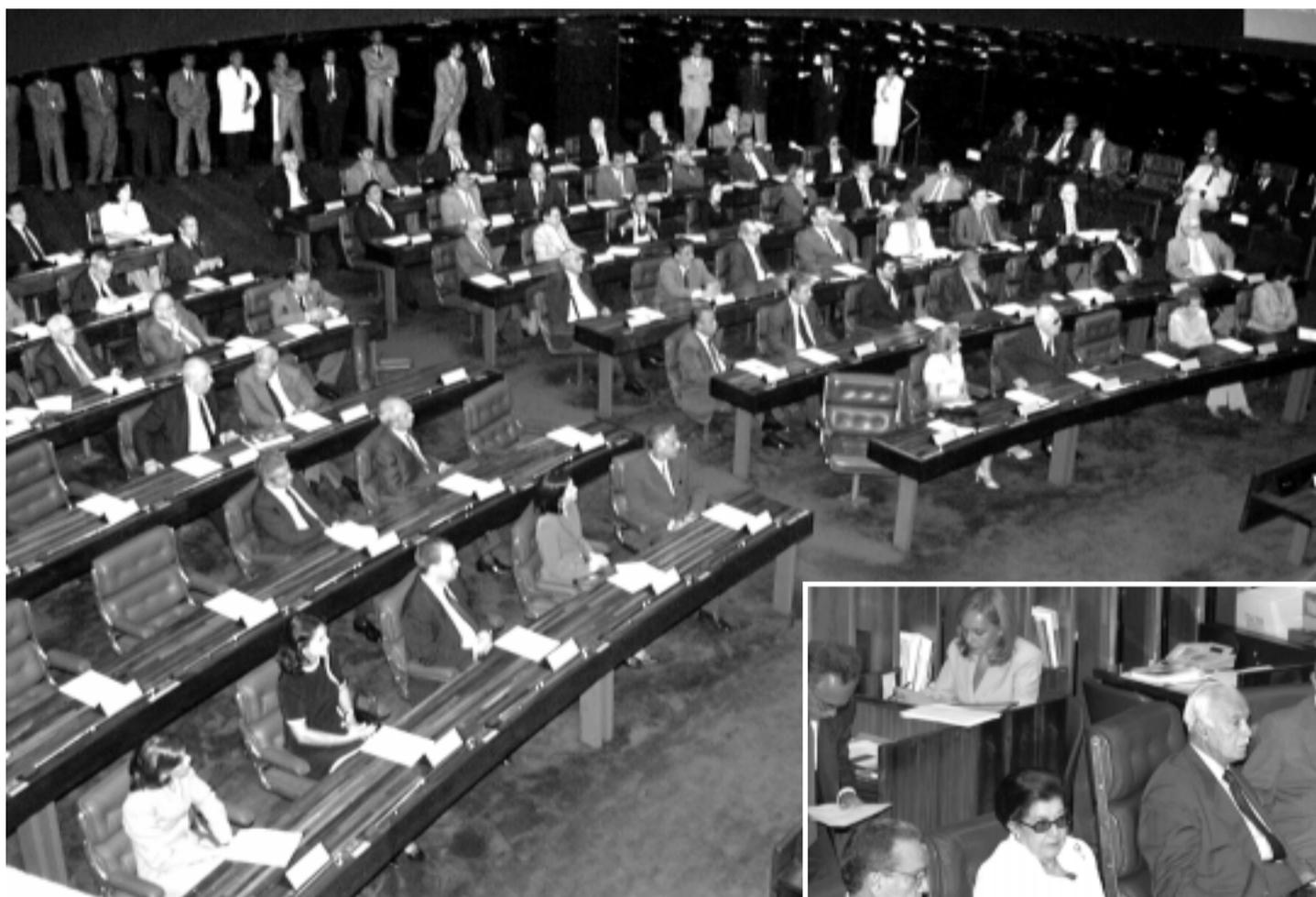
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.042 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2000

Plenário encerra discussão e pode votar hoje a DRU

Proposta de emenda constitucional enviada pelo Executivo dá autonomia ao governo federal para a aplicação de 20% dos recursos orçamentários. Matéria já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



Em sessão presidida por Antonio Carlos Magalhães, à qual compareceu a viúva Iracema Portella, os senadores prestaram homenagem a Petrônio

Ao completar hoje o quinto e último dia de discussão no Plenário do Senado, a proposta de emenda constitucional está pronta para ser votada pelo Senado. A votação só não se realizará hoje se forem apresentadas emendas de Plenário.

PÁGINA 3

SESSÃO ESPECIAL DO SENADO RECORDA CARREIRA POLÍTICA DE PETRÔNIO PORTELLA

PÁGINAS 4 E 5



Comissão aprovou ontem o projeto oriundo da Câmara que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância

CAE

Gestantes e crianças até 7 anos podem ganhar merenda escolar

PÁGINA 6



CCJ

RESPONSABILIDADE FISCAL EM PAUTA

Parecer favorável ao projeto de lei que impõe restrições a gastos públicos acima das receitas está na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se reúne hoje.

PÁGINA 2

CCJ pode votar hoje Lei de Responsabilidade Fiscal

Na reunião de ontem, presidente da comissão concedeu vista da proposta pelo prazo de 24 horas, atendendo a pedido de dois senadores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar ainda hoje o relatório apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe restrições a gastos públicos acima das receitas. Na reunião de ontem, o presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista da proposta pelo prazo de 24 horas.

Antes da decisão do presidente da CCJ, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Amir Lando (PMDB-RO) haviam solicitado vista por cinco dias, sob o argumento de que a matéria é

complexa e passou oito meses sendo discutida na Câmara dos Deputados. Amir Lando acrescentou que a linguagem do relatório é de difícil interpretação e que o projeto trata de forma igual estados como São Paulo e Rondônia, podendo levar ao rompimento do pacto federativo. Dutra disse ainda que alguns artigos do projeto fere dispositivos constitucionais em matérias de exclusividade do Senado.

— O relatório é do conhecimento de todos e nessa matéria temos a obrigação de ser doutores — disse Agripino. Ele apoiou sua decisão no fato de que a proposta precisa ser votada pelo Ple-

nário ainda neste semestre, já que é ano eleitoral e a falta de normas rígidas poderá levar ao aumento de gastos pelos prefeitos que quiserem buscar a reeleição. Agripino quer que a matéria seja apreciada logo na CCJ, seguindo para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Entre as restrições previstas no projeto, estão a contratação, em ano eleitoral, de empréstimos na forma de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO). Nos oito meses anteriores às eleições também fica vedado o início de obras que não sejam concluídas até o final do mandato.

Incentivo para informática está na pauta

Outra proposta na pauta da CCJ, na reunião de hoje, a partir das 10h, é o projeto de lei que prorroga o incentivo fiscal baseado no IPI para empresas do setor de informática que executam projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A matéria, já aprovada pela Câmara, foi relatada na CCJ pelo senador José Jorge (PFL-PE), que emitiu parecer favorável à sua aprovação.

Além dessa matéria, será examinada ainda proposta de emenda constitucional de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e outros senadores criando o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário. Estão na pauta ainda projetos de lei tratando da previdência complementar dos servidores públicos e da competitividade do setor de tecnologia da informação. Também serão votados, em segundo turno, substitutivos a dois projetos de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), um instituindo normas para licitações e contratos na administração pública e o outro incluindo atentados contra a vida de policiais entre as circunstâncias agravantes de penas.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
15h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (tramitando em conjunto com a PEC nº 96/99); quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; *PDL nº 96/99, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Club Altinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Altinópolis (SP); *PDL nº 104/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Joaquim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Joaquim da Barra (SP); e *PDL nº 108/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos (SP).

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 92/99, altera a Lei nº 9.068/98 que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do *PLS nº 112/99, que altera a Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, estendendo o salário maternidade à trabalhadora autônoma; *PLC nº 31/97, trata do vínculo empregatício nas cooperativas, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); *PLC nº 31/95, dá nova redação à CLT relativa à jornada de trabalho do setor ferroviário; *PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência; emendas oferecidas ao *PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; *PLS nº 569/99 (decisão terminativa), que determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos; *PLS nº 530/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; *PLS nº 388/99 (decisão terminativa), altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária; e *PLS nº 474/99 (decisão terminativa), que institui o Dia Nacional de Vacinação Contra a Hepatite B. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 49/99, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; *PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; substitutivo ao *PLS nº 30/99, que institui normas para licitações e contratos de administração pública; substitutivo ao *PLS nº 32/99, que altera Código Penal; *PLS nº 82/99, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e institui o conselho deliberativo desse fundo; e *PEC nº 37/99, que cria o Conselho Nacional de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Reunião da Comissão de Ética. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ACM confia em solução para reajuste do mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem de manhã acreditar em uma “boa solução” para a questão do aumento do salário mínimo. Observou, no entanto, que, para haver acordo quanto ao aumento do mínimo, é necessário contar com “a ajuda do relator do Orçamento e mais transigência do ministro da Fazenda”.

O presidente do Senado é a favor de um mínimo no valor de R\$ 180. Ele acrescentou que na Bahia, há muito tempo, já se paga salário mínimo de R\$ 206, com gratificações, mas agora esses extras deverão ser incorporados ao salário “para que as gratificações diminuam e os salários subam além dos R\$ 180”.

— Isso é um exemplo que queremos dar a todo o país, que é possível, com austeridade financeira, se pagar bem ao trabalhador brasileiro — salientou.

O senador descartou qualquer apoio à proposta lançada pelo secretário-geral da Presidência da República, Aloísio Nunes Ferreira, de remanejamento dos recursos previstos para o Fundo de



Antonio Carlos disse que a Bahia, há muito tempo, paga mínimo de R\$ 206

Combate à Pobreza a fim de ampliar as receitas para elevar o mínimo, além da dotação consignada na proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso.

Oposição será ouvida em negociações sobre MPs

A instalação de uma comissão para analisar a promulgação da emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias, conforme o acordo entre o Legislativo e o Executivo, foi considerada legítima pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele acrescentou que a colaboração da oposição não deve ser desprezada.

Antonio Carlos disse que a promulgação da emenda “existirá naquilo que couber, ou seja, naquilo que já tenha sido votado duas vezes na Câmara e no Senado”. Ele observou, no entanto, que, como houve um acordo com o Executivo, quer “levar a voz da oposição ao governo para ver se encontramos um denominador comum”.

O senador esclareceu que nenhum acordo foi fechado com a oposição na reunião realizada ontem à tarde, em seu gabinete. Ele destacou que os opositores, desde o começo das discussões sobre a proposta de emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias por parte do Executivo, sem-

pre negociaram com ele no sentido de encontrar “uma fórmula que prestigiasse o Legislativo”.

O senador participou, na manhã de ontem, de sessão solene na Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Michel Temer, em homenagem aos 79 anos do Grupo Folha, que edita o jornal *Folha de S. Paulo*. Em seu gabinete, o presidente do Senado recebeu os presidentes executivo e mundial da Monsanto, Robert Shapiro e Hendrik Verfaillie. Eles dirigem a empresa norte-americana especializada na produção de alimentos e estavam acompanhados do presidente do Citicorp, John Reed.

Brasil 500



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão vai examinar MP sobre auxílio a estudantes

Foi instalada ontem a comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP) que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). A comissão elegeu os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) para presidente, Nabor Júnior (PMDB-AC) para vice e o deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS) para relator da matéria.

Nesta primeira reunião os membros da comissão aprovaram o parecer do relator pela admissibilidade da matéria, o que significa que ela está de acordo com as normas constitucionais, e marcaram três audiências públicas para ouvir representantes do Ministério da Educação, instituições universitárias, estudantes, Caixa Econômica Federal, Tesouro Nacional e Previdência Social.

Tuma disse esperar que a medida, que vai financiar estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, possa alcançar seus objetivos de democratizar o ensino, "já que muitas vezes o homem público se sente frustrado em suas tentativas de colocar a educação como prioridade no país".

Para o relator, deputado Osvaldo Biolchi, a MP é um avanço e, apesar de apresentar lacunas, já está atendendo a 100 mil estudantes, um número três vezes maior do que no ano passado.

Três concessões são renovadas

Três emissoras de rádio tiveram suas concessões renovadas ontem pelo Plenário do Senado. Duas delas exploram o serviço através de ondas médias – as rádios Mirandópolis (SP) e Fundação Aldeia SOS de Goioerê (PR). A terceira, a Rádio Capixaba, de Vitória (ES), transmite através de onda tropical.

Plenário já pode votar a DRU hoje

No quinto e último dia de discussão, texto está pronto para ser apreciado pelos senadores, mas, se forem apresentadas emendas de Plenário, proposta retornará para análise da CCJ

A proposta de emenda constitucional que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU) poderá ser votada hoje em primeiro turno pelo Plenário. No quinto e último dia de discussão, o texto está pronto para ser apreciado pelos senadores, mas a votação só se confirmará se não forem apresentadas emendas de Plenário, que teriam de ser analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Com parecer favorável da CCJ, a proposta dá autonomia ao governo federal para a aplicação de 20% dos recursos orçamentários. A DRU, com vigência prevista até 2003, deverá substituir o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que até 31 de dezembro de 1999 garantiu ao Poder Executivo liberdade na utilização da mesma parcela do Orçamento. Ao contrário do FEF, no entanto, a nova proposta – aprovada pela Câmara durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional – preserva os recursos dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A garantia de que os recursos dos dois fundos serão mantidos foi elo-



Souto elogiou proposta da DRU porque mantém recursos para o FPE e o FPM



Emenda de Pedro Simon ao fundo contra a pobreza ainda será examinada pela CCJ

giada ontem em Plenário pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), durante o quarto dia de discussão da PEC. "Por isso sou favorável à proposta", adiantou. Souto defendeu, no entanto, a extensão aos estados e municípios do princípio de desvinculação de parte das receitas orçamentárias. "Se a desvinculação é boa para o governo federal, para que este busque o equilíbrio fiscal, será boa também para estados e municípios", comparou o senador.

Durante a tramitação da proposta na CCJ, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, apresentou relatório favorável e lembrou a necessidade de se manter uma política fiscal equilibrada e racional. "A DRU é essencial para manter a estabilidade monetária do país, sem que o governo seja obrigado a emitir moeda ou se valer de endividamento adicional", afirmou.

Entram hoje no quarto dia de discussão as duas propostas de emen-

da constitucional, com tramitação conjunta, que prevêem a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. As PECs estarão em debate no Plenário até a sessão de amanhã, mas a votação em primeiro turno só ocorrerá depois que a CCJ apreciar emenda de Plenário apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

IDÉIA ORIGINAL

A intenção do senador é garantir ao fundo 6% dos recursos provenientes da Desvinculação de Receitas da União, que também está sendo discutida pelo Plenário. Ao apresentar sua emenda, Simon recordou que a idéia de incluir entre as fontes de receita recursos provenientes do Fundo de Estabilização Fiscal – antecessor da DRU – já estava prevista na PEC nº 67, de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A PEC determinava que 10% do dinheiro retido no FEF – equivalentes a R\$ 3,5 bilhões – fosse destinado ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O substitutivo adotado pela CCJ prevê recursos para o fundo da ordem de R\$ 4 bilhões ao ano.

Suplicy quer destinar 75% do fundo a renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a apresentação, pelo Bloco Oposição, de emenda às duas propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate à Pobreza, estabelecendo que 75% de seus recursos sejam aplicados em transferências que assegurem uma renda mínima às famílias carentes. As PECs, em exame no Senado, são de autoria do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e da Comissão Mista da Pobreza.

Ontem transcorreu o terceiro dia de discussões, em primeiro turno, do substitutivo elaborado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a matéria.

Eduardo Suplicy pediu o apoio dos

demais senadores à emenda do Bloco dizendo que, após oito anos "estacionado na Câmara dos Deputados", o Programa de Garantia da Renda Mínima (PGRM) poderá, através do novo fundo, ter sua implantação iniciada em todo o território nacional:

– A maneira racional e possível de aumentar a renda, erradicar a pobreza absoluta e melhorar significativamente o nível de emprego, e com responsabilidade fiscal, está na pauta de votações do Senado – argumentou.

O senador fez uma série de restrições ao substitutivo de Lúcio Alcântara, destacando o fato de deixar para lei complementar a regulamentação da aplicação dos recursos do fundo. O senador também entende que, em vez

de um prazo de dez anos para sua vigência, o fundo deveria ter caráter permanente, a exemplo do que ocorre em outros países. Os objetivos a serem atingidos com o fundo foram também considerados por Suplicy como muito amplos e passíveis de operacionalização através de aplicação num único programa ou pulverizados em vários, "sem resultados palpáveis".

Na defesa da emenda da oposição, o senador sugeriu ainda que as discussões sobre o fundo sejam realizadas em coordenação com a definição do salário mínimo. "A experiência de alguns países desenvolvidos, como a França e os Estados Unidos, mostra que a coordenação entre a definição do valor do salário mínimo com pro-

gramas de reforço de renda familiar constitui meio poderoso para erradicar a miséria", disse.



Suplicy: renda mínima poderá ter sua implantação iniciada através do fundo



Alencar: troca de títulos reduziu em US\$ 863 milhões o estoque da dívida externa

Aprovado relatório sobre títulos da dívida

O Plenário aprovou ontem parecer favorável ao relatório do Banco Central sobre operação de troca de títulos da dívida externa brasileira realizada em outubro passado. A operação envolveu a colocação de US\$ 2 bilhões em títulos do tipo Global, que cobriram a retirada de US\$ 2,86 bilhões em títulos da dívida externa do tipo Brady.

Conforme o parecer do senador José Alencar (PMDB-MG), a troca dos títulos permitiu ganhos financeiros da ordem de US\$ 208 milhões e reduziu em

US\$ 863 milhões o estoque da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional. Além disso, a operação também reforçou o estoque brasileiro de reservas internacionais com o ingresso de US\$ 529 milhões, que entraram no país em decorrência da liberação de garantias.

O Bloco Oposição se absteve de votar a matéria. Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o resultado da operação foi positivo, mas "bem menor que o apontado pelo Banco Central". Conforme

planilha elaborada pelo senador para comparar o fluxo de pagamentos dos títulos do tipo Brady – com juros menores e prazos mais longos – e Global, os ganhos financeiros teriam sido de US\$ 94 milhões. Por outro lado, a redução do estoque da dívida e a liberação de garantias não poderiam ser tratadas, segundo Suplicy, como benefícios adicionais aos resultados financeiros, pois elas seriam nada mais que o detalhamento desses resultados.

O ponto mais questionável da ope-

ração seria, no entender do senador petista, o que se refere aos prazos de vencimento. Os *bradies* retirados do mercado tinham vida média de 10,6 anos, contra 10 anos dos que os substituíram. "Os novos títulos reduziram substancialmente o prazo médio de vencimento, ou vida média, dos títulos da dívida externa", disse.

Lauro Campos (PT-DF) afirmou entender que o governo queira levar o país ao "suicídio" para poder pagar a dívida externa, mas a operação representaria, na verdade, um comprometimento do futuro das próximas gerações de brasileiros.

Senado homenageia Petrônio Portella

O Senado realizou ontem sessão especial em homenagem à memória do ex-senador Petrônio Portella, na passagem dos 20 anos de sua morte, ocorrida em 6 de janeiro de 1980. Além de Hugo Napoleão, autor do requerimento da sessão especial, outros cinco senadores ocuparam a tribuna. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também externou sua admiração por Petrônio Portella. A carreira política de Petrônio Portella começou em 1954,



como deputado estadual. Eleito senador pelo Piauí em 1966, ocupou por duas vezes a presidência da Casa, tendo sido ainda prefeito de Teresina, governador do estado e ministro da Justiça. No segundo período como presidente do Senado, Petrônio iniciou a chamada "Missão Portella", buscando o entendimento entre o governo e a oposição em torno de reformas políticas.

ACM: "Ninguém foi mais responsável pela abertura"

Ao presidir a sessão especial em homenagem à memória do ex-ministro da Justiça Petrônio Portella, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou: "Ninguém mais do que ele foi responsável pela abertura política que pôs fim ao regime militar e abriu caminho para a democracia de hoje no Brasil".

Antonio Carlos chamou para compor a Mesa a viúva de Petrônio, d. Iracema de Almeida Freitas Portella, e os ex-presidentes do Senado Jarbas Passarinho e Mauro Benevides. Registrou, ainda, a presença do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, e de ministros do Tribunal de Contas da União. Familiares e amigos do homenageado participaram da sessão plenária, ao lado dos senadores.

O presidente do Senado falou so-

bre a importância política de Petrônio Portella e seu prestígio junto aos presidentes militares.

— Estamos resgatando a justiça pelo papel fundamental que Petrônio exerceu na fase difícil de transição, preparando a abertura por gozar da confiança dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo. Ele era um gênio da política, porque sabia prever e enfrentar os acontecimentos — afirmou.

Antonio Carlos lembrou ainda as visitas de Petrônio Portella a autoridades civis e militares para preparar a abertura política do país.

— Acompanhei suas andanças e pude constatar sua inteligência e habilidade de reunir pessoas diferentes numa composição em que ninguém saía diminuído. Ele serviu ao regime militar, como eu também servi, mas sempre foi fiel à democracia e soube trabalhar por ela — concluiu Antonio Carlos.

Hugo Napoleão destaca o "perfil multifacetado"

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), ressaltou o "perfil multifacetado" de Petrônio Portella, lembrando que ele foi realizador, estrategista e homem de família. "Em cada uma dessas facetas foi um vencedor. Só a morte lhe barrou o caminho para o posto mais importante da política brasileira, a Presidência da República", afirmou.

Napoleão traçou as linhas mestras da biografia de Petrônio, que foi governador do Piauí, ministro da Justiça e presidente do Senado por duas vezes. "Como político realizador, inovou na administração de Teresina e à frente do governo do estado."

No cargo de presidente do Senado, afir-



Para Napoleão, Petrônio foi "realizador, estrategista e homem de família"

mou Napoleão, Petrônio fez uma revolução nas publicações da Casa, lançando as bases da atual Gráfica do Senado. "Demonstrando sua visão de futuro, organizou o Prodasen, colocando o Senado à frente das inovações da informática", acrescentou.

Napoleão lembrou a "atuação ímpar" de Petrônio no processo de abertura que resultou na redemocratização, dialogando com a sociedade e valendo-se da imprensa para conseguir seu intento. "O resultado primeiro foi a Emenda Constitucional nº 11, que revogou os Atos Ins-

titucionais e Complementares, extinguindo a pena de morte, restabelecendo o *habeas corpus* e as garantias individuais", disse.

A nomeação de Petrônio para o Ministério da Justiça, lembrou Napoleão, possibilitou seu trabalho em favor do pluripartidarismo e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. "O ponto culminante foi a anistia, que resultou na liberação dos presos políticos e no retorno dos exilados ao país."

O senador pelo Piauí destacou, ainda, a figura de chefe de família de Petrônio. "Sua casa era um lar para sua família e objeto de romaria para amigos e correligionários políticos", recordou.



Sessão especial realizada pelo Senado reunindo autoridades, familiares e amigos de Petrônio Portella

Alberto Silva recorda grandeza de caráter



Alberto Silva afirmou que Petrônio teve o respeito até de seus adversários

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) relatou fatos da política do Piauí, durante a sessão de homenagem à memória do ex-senador Petrônio Portella. "Sou o mais velho senador dos dias de hoje, por isso minhas reminiscências alcançam Petrônio no início de sua carreira política, quando sua grandeza de caráter já prenunciava seus grandes feitos pela redemocratização", observou.

Alberto Silva lembrou a participa-

ção de Petrônio Portella no processo de abertura política, na década de 70. De acordo com o senador, Petrônio organizou o plano político do país porque detinha a confiança dos presidentes militares e especialmente do general Golbery do Couto e Silva. "Somente um homem que foi símbolo, e sempre teve o respeito até de seus adversários, poderia ter exercido tantas funções na política brasileira, sempre com êxito invulgar", frisou Alberto Silva.

Freitas Neto salienta o imenso talento para a política

O senador Freitas Neto (PFL-PI) referiu-se a Petrônio Portella, na sessão especial em sua homenagem, como "o civil que encerraria o mais longo período de governos militares da República brasileira". Em sua trajetória, frisou Freitas Neto, o ex-senador mostrou caminhos a seguir e soube superar obstáculos.

Freitas Neto lembrou que Petrônio Portella desde seu primeiro mandato como deputado estadual já demonstrava "seu imenso talento" para a política e sempre buscou manter relações de cooperação e de respeito mútuo com o governo federal. O senador explica com isso a atitude que

Petrônio Portella teve, em abril de 1964, quando, como governador do Piauí, divulgou telegrama em que manifestava seu apoio à legalidade que se quebrava. Anos depois, para esclarecer o episódio, Petrônio disse "que o país não poderia ter a veledade de integrar esquemas armados", lembrou Freitas Neto.

O senador realçou essa qualidade de Petrônio Portella, que sempre teve como arma o diálogo, "a articulação política e nunca a bajulação, resistindo a pressões exercidas pela força". Para Freitas Neto, o ex-senador tinha o dom do diagnóstico, do estrategista e do operador, "executan-



Segundo Freitas Neto, o arma de Petrônio Portella foi sempre o diálogo

do ele próprio, à perfeição, as estratégias que traçava ou que aceitava". Foi assim que ampliou as instituições civis de toda natureza, completou.

Para Francelino, "foi um mineiro que nasceu no Piauí"

"Um mineiro que nasceu no Piauí." Esta foi a forma que o senador Francelino Pereira (PFL-MG) encontrou para definir o ex-senador Petrônio Portella, ressaltando a habilidade política do ex-presidente do Senado.

Francelino salientou o convívio que teve com Petrônio nos anos 70, com o objetivo de preparar o país para o restabelecimento da democracia.

— Percorremos o Brasil para juntar lideranças políticas e eliminar as



Francelino Pereira lembrou convívio com Petrônio nos anos 70

resistências para que o país voltasse a ser de todos os brasileiros — citou.

A atuação política de Petrônio foi decisiva para a formação de Francelino, conforme atestou o próprio representante mineiro. Além disso, ressaltou ele, havia outros traços comuns em suas trajetórias públicas, sendo ambos descendentes de famílias pobres e tendo procura-

do "praticar a política sempre de forma honrada".

Sérgio Machado agradece em nome de sua geração

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) prestou homenagem a Petrônio Portella afirmando que falava em nome de uma geração que sonhava com um país mais justo. Ele disse que ocupava a tribuna para agradecer por tudo o que Petrônio fez pelo país, acrescentando que, embora não tenha convivido politicamente com o ex-senador, viveu intensamente aquele momento em que se buscava o caminho da democracia.

— Tínhamos muitos sonhos para o Brasil, que estava dividido naquele momento, mas o senador cumpriu a missão de unir o país, com aquela obstina-



Sérgio Machado afirma que Petrônio cumpriu a missão de unir o país

ção do nordestino, com a paciência do verdadeiro político que tinha o ideal de construir as instituições democráticas de hoje — disse.

Machado ressaltou, em nome da liderança do PSDB, que o Brasil precisava "desse grande arquiteto para que pudesse avançar, pois todos sabiam que seria difícil chegar à democracia". Porém, mesmo defendendo grandes questões nacionais, frisou o parlamentar, Petrônio em nenhum momento esqueceu de defender os interesses do seu estado. "Ele continuou sendo um representante do Piauí, mas teve a grandeza necessária àquele momento", completou.

nais, frisou o parlamentar, Petrônio em nenhum momento esqueceu de defender os interesses do seu estado. "Ele continuou sendo um representante do Piauí, mas teve a grandeza necessária àquele momento", completou.

Tebet elogia atuação como "operador da democracia"

Ao discursar na sessão especial de ontem, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou o papel de Petrônio Portella na construção da democracia, após o regime militar instaurado em 1964. "Ele transformou-se em nome nacional da política, ao ser o operador da democracia. Ele praticou a arte do possível e, nos dias de hoje, o Brasil pode desfrutar das liberdades democráticas."



Tebet recordou apoio de Petrônio à criação de Mato Grosso do Sul

Como senador por Mato Grosso do Sul, Tebet lembrou que Petrônio Portella estava ao lado do presidente Ernesto Geisel por ocasião do ato que criou o estado. "Foi ele, também, quem deu posse aos dois primeiros governadores do novo estado. Por isso, precisamos revelar gratidão e ter memória, ao participar dessa homenagem pelos 20 anos de seu falecimento", afirmou.

Mesa se associa à homenagem

Ao encerrar a sessão, no exercício da presidência, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou não ter tido o privilégio de conhecer Petrônio Portella. "Eu era apenas um dos milhões de brasileiros que torciam para que sua missão em prol da abertura política tivesse êxito. Quem viveu tempos de fratura democrática, bem como quem tem a

felicidade de desfrutar da democracia, precisa guardar a memória de quem impulsionou a aragem da liberdade." Em nome da Mesa do Senado, Geraldo Melo se associou à homenagem a Petrônio Portella, ressaltando que a sessão especial celebrava o reconhecimento da Casa ao seu talento político.

Arruda quer fixar cotas para filmes americanos

Senador reclama do "novo modelo de colonialismo cultural" e defende comitê não-governamental para selecionar o que entrará no país

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sugeriu ontem o estabelecimento de cotas para a importação de filmes e outros produtos culturais norte-americanos e a criação de um comitê não-governamental para selecionar esses produtos e evitar a entrada no país daqueles que incentivem a deseducação sexual e a violência. Para o senador, esse tipo de produto pode ser classificado como "lixo cultural americano", a exemplo do filme *Briquete do Assassino*, que inspirou um garoto da periferia de Brasília a esfaquear uma menina.

— Está sendo imposto ao Brasil um novo modelo de colonialismo cultural — alertou, adiantando que apresentará projetos de lei a partir dessas sugestões.

Arruda registrou a visita ao Brasil do secretário de Comércio americano e manifestou satisfação com a defesa



José Roberto Arruda apoiou manifestação do ministro Lampreia sobre exportações

que o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, fez das exportações brasileiras, que têm sofrido

restrições diversas nos Estados Unidos e na Europa. Segundo Arruda, esses países têm um discurso de abertura de mercado, mas, na verdade, escondem por trás de muita argumentação protecionismos de toda ordem, que têm atingido as exportações brasileiras de suco de laranja, carne e aço.

O senador disse que o Brasil tem feito um grande esforço para modernizar os setores produtivos da economia, capacitando-os para a exportação e para a competição no comércio internacional, e que são inaceitáveis as barreiras comerciais, sanitárias e tarifárias impostas aos produtos brasileiros. "O esforço brasileiro não pode ser cerceado com barreiras protecionistas americanas e européias", afirmou Arruda. O senador espera que os Estados Unidos mudem sua posição em relação à siderurgia brasileira.

Ernandes Amorim pede ajuda federal para projetos agrícolas em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem que o governo federal, através do Ministério da Agricultura e dos fundos constitucionais, apóie a implantação de pequenos projetos agrícolas em Rondônia.

Convencido de que a pequena agricultura regional tem potencial produtivo não desenvolvido, o senador considera que o apoio federal é a única forma de amenizar os efei-



Ernandes Amorim relatou o sucesso de pequenos agricultores de Rondônia no cultivo de parreirais

tos das demissões em massa promovidas pelo governo estadual. Ele lembrou que o governador "teve a coragem de aplicar a Lei Camata em Rondônia e mais de dez mil funcionários públicos estaduais estão desempregados".

Em apoio a seu pedido, Ernandes Amorim relatou que, em visita a Rondônia no último final de semana, constatou que no município de Vilhena os pequenos agricultores estão tendo êxito no cultivo de parreirais.

Eduardo Siqueira Campos destaca programa ecológico em Palmas

A criação do programa Amigos do Meio Ambiente (AMA) na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, foi o tema abordado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) em discurso no Senado. O programa consiste, segundo o senador, em abrigar crianças e adolescentes carentes e ensiná-los a cultivar árvores nativas e plantas ornamentais, para que passem a respeitar o meio ambiente.

— As crianças e adolescentes que integrarem o programa receberão ajuda de custo no valor de 70% do

salário mínimo, cesta básica, assistência médica, escola, além de aprender práticas desportivas e de jardinagem — acrescentou Eduardo Siqueira Campos.

Segundo Eduardo, a Comissão do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura realizará amanhã, em Palmas, um ciclo de seminários sobre o meio ambiente, reunindo governadores das regiões Norte e Nordeste do país.

Esses seminários visam a uma mobilização nacional, junto às autoridades, para aprovação, no Congresso, da extensão da reserva legal das proprie-



Eduardo diz que no novo milênio uma das questões centrais será a preservação do meio-ambiente

dades rurais da Amazônia, a fim de evitar o desmatamento da região. O senador acrescentou que, no novo milênio, uma das questões centrais para os governos e a sociedade será a preservação e restauração do meio-ambiente.

Refis é bom, mas deve exigir menos, diz Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) aplaudiu ontem o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), lançado pelo governo federal, mas sugeriu que o Executivo seja mais ousado, fazendo um ajuste na questão da apresentação de garantias das empresas que queiram aderir ao programa. O Refis permitirá que as empresas paguem de forma parcelada as dívidas com a Receita Federal e o INSS, proporcionalmente aos respectivos faturamentos. Segundo o senador, as dívidas somadas chegam a R\$ 158 bilhões, sendo R\$ 50 bilhões somente das pequenas e médias empresas.

Para Suassuna, a apresentação de garantias por parte das empresas poderá tornar-se o calcanhar-de-aquiles do Refis, pois a empresa com dívidas junto à Receita Federal ou à Previdência Social

teria de arrolar todos os bens, até atingir a equivalência do valor da dívida.

— Ora, nem sempre os equipamentos de uma empresa serão suficientes para pagar o

que ela deve. A avaliação do valor desses bens é outro ponto a superar. Essas dificuldades relacionadas com a prestação de garantias podem impedir a adesão de um grande número de empresas, a ponto de inviabilizar parte do Refis e mesmo de conduzi-lo ao caminho da frustração — avaliou o senador.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que é preciso buscar uma conciliação entre os interesses das empresas e do fisco. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) explicou que não existe obrigatoriedade de que os bens dados em garantia cubram o total da dívida. Suassuna rebateu afirmando que a Receita não entendeu dessa maneira e insiste numa necessidade “pedagógica” de os bens serem compatíveis com a dívida. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) alertou para a necessidade de não permitir abusos de “espertalhões” que podem ver no Refis uma maneira de ludibriar o governo. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que é importante flexibilizar o Refis.

Suassuna observou que o programa já é muito rigoroso e não convém exigir um ônus adicional das empresas. Segundo ele, as exigências ali contidas já deveriam ser garantia suficiente para impor às empresas o cumprimento de seus compromissos junto ao Refis. “A cláusula de apresentação de garantias reais, como condição de adesão, é desnecessária”, afirmou, acrescentando que já apresentou emenda para modificar essa exigência.



Suassuna teme que garantias inviabilizem o Refis



Os senadores da CAE decidiram encaminhar à CCI projetos que tratam da assistência farmacêutica no SUS e da fiscalização de instituições financeiras

CAE aprova programa de apoio à infância

Proposta, que ainda será examinada pelas comissões de Assuntos Sociais e de Educação, prevê que Pronai será administrado pelo Fundo Nacional de Alimentação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância (Pronai). O programa amplia o número de pessoas atendidas pela merenda escolar, que passaria também a beneficiar gestantes e crianças de até sete anos.

Segundo o texto aprovado, o programa será administrado pelo Fundo Nacional de Alimentação (FNA). No relatório, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) vota pela aprovação do projeto, já que não há impedimento legal

para a criação do FNA. Ele lembrou que a matéria será ainda apreciada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

ORÇAMENTO

A CAE também acolheu uma correção em emenda ao Orçamento de 2000 aprovado anteriormente pela comissão. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) solicitou que a emenda, que destina R\$ 40 milhões para ações de defesa civil, determine que os recursos sejam repassados aos municípios não pelos estados, mas pela União.

Na mesma reunião, a CAE examinou

outros 11 projetos. O senador Bello Parga (PFL-MA) pediu vista do projeto que cria a conta-pagamento padrão, novo tipo de conta salário isenta de tarifas bancárias. A comissão aprovou o sobrestamento do projeto que garante o equilíbrio fiscal entre os entes da Federação, a pedido do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Dois projetos terão de ser examinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por decisão da CAE. Um trata da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS) e o outro regulamenta a fiscalização de ins-

tituições financeiras.

Por sugestão do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi retirado de pauta o projeto que obriga que os aparelhos de televisão sejam fabricados com mecanismo que possibilite o bloqueio de programação inadequada. Foi considerado prejudicado o projeto que regulamenta a consignação na compra e venda de veículos.

Foram rejeitados, entre outros, o projeto que altera o financiamento de moradias na área rural e o que autoriza a compensação de débitos para os que têm crédito com a Fazenda Pública.

Belgas visitam Comissão do Mercosul

Parlamentares belgas visitaram ontem a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Uma comitiva de 17 políticos belgas, sendo nove deputados, debateu com deputados e senadores brasileiros a experiência da Bélgica como sede do Parlamento Europeu.

O presidente da Comissão Conjunta do Mercosul, deputado Júlio Redecker (PPB-RS), falou sobre a importância do encontro.

— Foi uma iniciativa do grupo parlamentar Brasil-Bélgica e tem como objetivo aprofundar as relações do Mercosul com o Parlamento Europeu, hoje sediado na Bélgica.

Redecker lembrou que iniciativas como essa ajudam a preparar os países-membros do Mercosul para o parlamento virtual, que deve passar a funcionar a partir de 2010 e cujos integrantes serão escolhidos em eleições específicas.

Os deputados belgas presentes à comissão foram: Richard Miller, Gustave Hofman, Dany Smeets, Michel Lebrun, Léon Walry, Gérard Mathieu, Annie Servais-Thysen, Luc Tiberghien e Freddy Deghlaghe.



O debate sobre a educação profissional foi proposto à Comissão de Educação por Emilia Fernandes

Comissão debaterá educação profissional

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) determinando a realização de audiência pública para debater a educação profissional no Brasil. A matéria é assunto de projeto de lei de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que será votado pela comissão.

A educação profissional ainda precisa ser regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destacou Emilia em seu requerimento.

Ainda não estão definidos os nomes dos convidados.

Na reunião, presidida pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), os senadores aprovaram projetos de decreto legislativo que renovam concessões e permissões em favor de várias emissoras de rádio e televisão.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu a criação do Conselho de Comunicação Social para examinar a renovação e outorga de concessões de rádio e televisão.

CAS vota desconto em passagens para idosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje, a partir das 9h, projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) estabelecendo desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos. Estão na pauta, também, três projetos do senador Tião Viana (PT-AC) dispondo sobre os seguintes temas: assistência pré-natal às gestantes, vigilância sanitária e criação do Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B.

Também está na pauta da CAS, em caráter terminativo, projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que institui o trabalho voluntário como forma de pagamento do crédito educativo aos devedores inadimplentes. Relatado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o projeto assegura a alternativa do trabalho voluntário, na área de formação do mutuário, em tempo parcial ou integral, e em entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, desde que de natureza cívica, cultural, educacional, científica, recreativa ou de assistência social.

A CAS examinará ainda projeto de lei da Câmara dos Deputados equiparando o peão de rodeio ao atleta profissional.

CRE aprova indicação de diretor-geral da Abin

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a in-



Comissão sabatinou Ariel Rocha de Cunto

dicação do coronel Ariel Rocha de Cunto para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), lembrou que Ariel já trabalha na área de inteligência e fez parte do Conselho de Defesa Nacional em seu governo, quando acompanhou o desenvolvimento do projeto de enriquecimento de urânio. Antes de votar, os integrantes da CRE sabatinaram Ariel por mais de duas horas, em sessão secreta.

José Sarney explicou que o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) a respeito do projeto de lei que dispõe sobre fabrico, depósito, trânsito e porte de ar-

mas de fogo não seria votado porque a Mesa do Senado ainda não havia decidido sobre qual comissão — a CRE ou a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) — terá preferência na apreciação da matéria.

A CRE aprovou ainda um acordo internacional com o Peru, de cooperação e apoio às missões de observadores militares, e um acordo de isenção de vistos entre o Brasil e a Polônia. Os senadores aprovaram também requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para a realização de audiência pública na CRE para analisar o crescimento da extrema-direita no mundo.



Emilia Fernandes presidiu a comissão organizadora do concurso

Senado lança livro sobre Israel

O Senado Federal lançou ontem o livro *Israel 50 Anos*, com os textos vencedores do concurso de monografias realizado sobre o tema no ano passado. O evento foi promovido em conjunto com a Embaixada de Israel e o Grupo Parlamentar Brasil-Israel, presidido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) foi a presidente de honra da co-

missão nacional que organizou o concurso e coordena a área de assuntos culturais e históricos do grupo. Durante a solenidade, o embaixador de Israel no Brasil, Yaacov Keinan, destacou a importância do lançamento do livro.

Adriana Schujman, do Rio Grande do Sul, Márcia Cristina Leite Rosa Ferreira, do Rio de Janeiro, e Débora Correia Teixeira de Lima, de Pernambuco, foram as vencedoras do concurso.

Produtor nacional é prejudicado em seu próprio país, diz Alencar

Na opinião do parlamentar, governo deve oferecer aos empresários brasileiros igualdade de condições na concorrência com os estrangeiros

Contra o que chamou de “ingenuidade” e “falta de cultura negocial”, o senador José Alencar (PMDB-MG) reivindicou a adoção pelo governo federal de instrumentos que assegurem aos empresários nacionais as mesmas vantagens dadas aos empresários estrangeiros para investir no mercado brasileiro.

— Não podemos competir nessa desigualdade de condições. O setor têxtil, por exemplo, é altamente competitivo, mas o tratamento desigual o prejudica, assim como o que acabou levando o setor de autopeças à desnationalização — disse.

A abertura comercial realizada pelo Brasil foi considerada pelo senador como exemplo da “ingenuidade” com que a



Para José Alencar, o governo federal age com “ingenuidade”

economia nacional é tratada, pois todos os países hoje hegemônicos protegem seus produtores. “Isso que deveríamos aprender a fazer”, afirmou.

Quando à “cultura negocial”, José Alencar disse que a encara como um princípio que deveria se somar aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, que norteiam a diplomacia brasileira. “De nada valem boas relações diplomáticas que não redundem em boas relações comerciais”, afirmou.

Para o senador, a falta de cultura negocial revela incompetência na administração da coisa pública. Ele dá como exemplo os efeitos de um tratado firmado entre Brasil e Paraguai durante

o Estado Novo. Segundo disse, o tratado garantiu o acesso do Paraguai ao Atlântico e hoje, nos portos de Paranaguá e Santos, vários produtos congêneros aos nacionais entram no Brasil e, protegidos pela bandeira paraguaia, não são fiscalizados nem pela Receita nem pela Polícia Federal. “Nenhum país que se preza permite uma coisa desse tipo”, protestou o parlamentar.

Em apertado, Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou a importância dos investimentos realizados por José Alencar na área têxtil e Arlindo Porto (PTB-MG) concordou que o país precisa ter mais ousadia nas relações de troca no mercado internacional. Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse acreditar que o tratamento desigual dado pelo governo aos produtores nacionais resulta de compromissos políticos assumidos e não de ingenuidade ou falta de capacidade negocial.

Iris quer regra de transição para municípios se ajustarem à Lei de Responsabilidade Fiscal

Uma regra de transição que permita aos municípios se adaptarem à Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo projeto tramita no Senado, foi sugerida ontem pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Ele leu manifesto divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios, em que a entidade elogia o projeto, mas prevê danos às administrações municipais se os prefeitos forem obrigados a restringir seus gastos com um orçamento em vigor e planos em andamento.

— Precisamos discutir no Senado mecanismos de transição e normas que dêem mais autonomia e liberdade aos municípios na administração de seus recursos — disse Iris.

O senador lembrou que os prefeitos

estão mais perto de problemas como os ligados à educação e à saúde e, portanto, estão mais aptos a resolvê-los do que os governos federal e estaduais. Mas, avaliou, não podem fazê-lo no momento, já que estão amarrados a regras impostas principalmente pela área federal.

Iris argumentou que o Tesouro Nacional tem procedido à renegociação das dívidas dos estados e de alguns grandes municípios, como Rio e São Paulo. Assim, não seria justo negar aos municípios de médio e pequeno porte o mesmo trata-



Iris: maior autonomia para as administrações municipais

mento. Conforme o senador, com cerca de R\$ 5 milhões, seria possível melhorar a situação financeira da maioria das prefeituras.

Em aparte, Ernandes Amorim (PPB-RO), disse discordar do estabelecimento de prazo para a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, ele acredita, irá frear gastos desnecessários, efetuados principalmente em períodos eleitorais. “Se é para moralizar, tem que entrar em vigor logo”, pensa Amorim. Iris disse que a reivindicação dos prefeitos não tem intenções eleitorais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — UNIP: Alimentação das crianças
6h30 — Debate: O senador José Fogaça e o embaixador José Botafogo falam sobre os desafios do Mercosul
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: O senador Álvaro Dias fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola: Direitos Humanos: Tá lá um corpo estendido
8h55 — Senado em Pauta
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista: O senador Geraldo Melo fala sobre energia elétrica e irrigação
19h — Cares do Brasil: Turismo em Sergipe
19h30 — Debate: O senador José Fogaça e o embaixador José Botafogo falam sobre os desafios do Mercosul
20h30 — Entrevista: O senador Álvaro Dias fala sobre a

Lei de Responsabilidade Fiscal

21h — Jornal do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

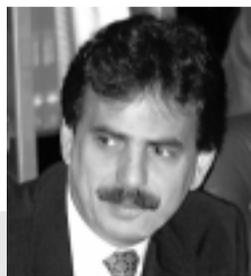
RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Ademir Andrade pede informações sobre consultoria feita nos bancos federais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou requerimento à Mesa do Senado solicitando informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a contratação da empresa de consultoria Booz Allen & Hamilton do Brasil para a realização de estudos sobre a reestruturação das instituições financeiras públicas federais. O senador quer saber que sugestões foram apresentadas pela empresa para implementação de políticas agrícola, habitacional, de desenvolvimento regional, de comércio exterior e de aces-



Ademir quer saber que sugestões foram dadas pelos consultores

so bancário à população e no que se refere à concessão eficiente de crédito.

Ademir informou que, no último dia 8, a empresa de consultoria entregou ao Ministério da Fazenda o primeiro relatório com o diagnóstico das instituições, que servirá de base para a reestruturação das instituições financeiras federais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia (Basa) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

— Considerando que tal reestruturação deverá necessariamente passar por discussões nesta Casa, faz jus que tenhamos desde já informações contidas no relatório para que, no momento oportuno, tenhamos o amadurecimento necessário sobre tão importante tema — justificou o senador.

Em relação ao Banco da Amazônia, Ademir quer saber quais foram os pontos críticos identificados pelos consultores, o diagnóstico da situação da sua carteira de crédito e se há necessidade de reestruturação nas áreas-meio. E questiona se a análise do Basa aponta para a necessidade de reestruturação nas agências e redução de pontos de atendimentos.

Requião critica reportagem da *Gazeta do Povo* sobre reeleição dos prefeitos

Senador acusa jornal paraense de “manipular” os resultados de uma pesquisa eleitoral publicada pela revista *IstoÉ* sobre a aprovação ao nome de Cássio Taniguchi, em Curitiba

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem o jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, pelo que classificou como “manipulação rasteira” de uma pesquisa eleitoral. Publicada no domingo passado com o título de “A popularidade dos prefeitos está em alta”, a reportagem não espelha a realidade dos números pesquisados, no entender de Requião.

De acordo com encarte publicado esta semana pela revista *IstoÉ*, de onde a *Gazeta* retirou as informações, segundo Requião, dos 21 prefeitos pesquisados pelo levantamento da revista e do Instituto Brasmart, apenas sete seriam reeleitos, caso as eleições fossem hoje. Se o universo dos reeleitos não passa de 33% do total, não haveria como afirmar que a popularidade dos prefeitos está alta, na opinião do senador.

“Quero registrar a minha indignação. A principal matéria daquela edi-



Requião leu a carta enviada ao jornal e criticou o que chamou de “exemplo eloqüente de anti-jornalismo”

ção é o mais eloqüente exemplo de anti-jornalismo e de desinformação”, afirmou o senador na carta enviada a Francisco da Cunha Pereira Filho, diretor da *Gazeta*, que leu em Plenário. O senador, que enviou a carta também a outros jornais do Paraná, protestou contra o fato de que nenhum deles a transcreveu e salientou que fazia a leitura porque a TV Senado é a única tribuna livre à disposição dos senadores. Ele disse esperar, assim, romper com o

“espírito de corpo dos jornais”.

Requião afirma ainda, em sua carta, que “em nenhum momento, tanto na chamada de capa como na matéria interna, a informação (*de que a maioria não seria reeleita*) foi destacada, sendo convenientemente esquecida”. Outro fato grave, segundo Requião, é o que disse o jornal a respeito do prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi. Conforme a revista, ele “não se reelegeria”, mas o jornal mudou a avaliação, afir-

mando que ele “poderia ter dificuldades para conseguir a reeleição”.

Além disso, segundo o senador, o jornal afirma que o governador Jaime Lerner aparece com 71,2% de aprovação na chamada de capa, enquanto em quadro publicado internamente “aparece com apenas 20,7% de bom e ótimo”. Requião destaca que o texto não menciona o índice de desaprovção de Lerner, que segundo o mesmo quadro é de 36%. “Esta desaprovção supera de longe a aprovação”, frisou o senador.

O senador também chamou a atenção para a maneira “dúbia” com que a *IstoÉ* e a Brasmart referem-se aos outros nomes colocados à disposição dos eleitores na pesquisa: “Foram indicadas outras lideranças”, registrou a revista, citando Requião e o deputado Ricardo Chab. Mas a *Gazeta* destaca que nenhum dos dois é pré-candidato à prefeitura.

Suplicy informa que Justiça suspendeu leilão do Banespa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao Plenário, ontem, que a juíza federal Rosemeire Gonçalves de Carvalho concedeu liminar suspendendo o processo de privatização do Banespa. Em sua decisão, ela determinou à União, ao Banco Central, à Fator, ao Banespa e ao governo de São Paulo que se abstenham de praticar ato relacionado à privatização.

A liminar foi concedida em ação cível movida pelo próprio senador, que a encaminhou inicialmente ao procurador da Justiça do Distrito Federal Luís Francisco Fernandes de Souza. “A juíza demorou algum tempo para analisar a ação e acabou tomando uma decisão com grande responsabilidade”, avaliou Suplicy.

No entendimento do senador, a União e o governo paulista descumpriram alguns artigos da lei que regula o processo de desestatização e da autorização concedida pelo Senado Federal para a renegociação da dívida paulista, que abrangem a privatização do Banespa.

AMBULANTES

Suplicy também apelou ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta, para que receba os cerca de 160 ambulantes que trabalham no Parque Ibirapuera. Ontem Pitta recusou-se a recebê-los, apesar de o deputado Luís Antônio Medeiros ter intercedido por eles, relatou o senador. Suplicy sugere que os ambulantes se organizem em cooperativa.

Lobão registra lançamento de biografia de Gilberto Amaral

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou que a revista brasileira *Foco* lançará hoje a biografia do jornalista Gilberto Amaral, dentro da série que está homenageando as grandes personalidades do DF. Lobão também congratulou as pessoas e empresas que patrocinaram o lançamento da biografia:

Lobão disse que a coluna de Gilberto Amaral, publicada no *Correio Brasileiro* e em outros jornais, está entre as mais importantes da imprensa brasileira e é leitura indispensável nos principais centros políticos e empresariais do país. O senador destacou a simplicidade do jornalista e sua dedicação à causa da preservação de Brasília como a cidade-modelo idealizada por seus fundadores.



Lobão: simplicidade de Gilberto

Jader nega participação em notícias contra senador do PA

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) negou que tenha tido participação na divulgação de notícias com acusações contra o seu colega de bancada, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Ele lamentou que, em vez de procurar esclarecer as denúncias, o parlamentar tenha “procurado transformar o episódio em um fato político”:

– Compreendo que Luiz Otávio procure desviar a questão, pois ele está em apuros. É estratégia, quem sabe até orientada pelos seus advogados, já prevenido que terá dificuldades perante o procurador-geral da República e o Supremo Tribunal Federal – afirmou o presidente do PMDB.

Jader Barbalho destacou que antes da revista *IstoÉ*, no dia 12 de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* havia publicado reportagem denunciando o senador por suposto desvio de US\$ 13 milhões. A reportagem foi



Para Jader, a acusação de Luiz Otávio é tentativa de desviar a atenção sobre as denúncias

assinada pelo jornalista Carlos Mendes, correspondente em Belém, e integrante da equipe do jornal local *O Liberal*, “que é vinculado ao senador Luiz Otávio”, garantiu Jader.

O senador disse que Luiz Otávio está sendo denunciado por ter estado envolvido, quando diretor da empresa Rodomar, em uma fraude que desviou US\$ 13 milhões do BNDES. Citando o processo, Jader Barbalho afirmou que o dinheiro deveria ter financiado a construção de 13 balsas, mas nenhuma delas foi construída:

– A Polícia Federal não teve nenhuma dificuldade, conseguiu a quebra do sigilo bancário e verificou que não foi um centavo sequer para o estaleiro que seria construído. Foi tudo para a Rodomar. Verificou também que no período o estaleiro não comprou ferro ou outro insumo qualquer para construir as balsas – afirmou Jader Barbalho.

Luiz Otávio contesta denúncias publicadas pela revista *IstoÉ*

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) rebateu em Plenário reportagem publicada pela revista *IstoÉ* da semana passada, segundo a qual a empresa de transporte fluvial Rodomar – pertencente a seu sogro e da qual ele foi gerente – teria se envolvido em operação irregular com o BNDES. Otávio classificou a matéria como calúnia e difamação e responsabilizou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) pelas denúncias.

Luiz Otávio disse que, quando governador do Pará, Jader Barbalho o perseguiu “como nunca se viu na história recente do estado”. Ele acrescentou que três meses depois de assumir o governo Jader mandou prendê-lo em sua própria casa, no último dia de recesso do Tribunal de Justiça. O senador completou que o Tribunal de Justiça, “mesmo sob pressão do governador”, rejeitou a denúncia.

Após rejeitada a denúncia, prosseguiu Luiz Otávio, o então governador Jader Barbalho determinou que a Polícia Militar ocupasse as instalações da Rodo-



Luiz Otávio responsabilizou Jader Barbalho pelas denúncias, que classificou de “calúnias”

mar e paralisasse as atividades da empresa. Luiz Otávio acrescentou que, mesmo havendo determinação judicial dando ganho de causa à empresa, a decisão não foi cumprida e a Rodomar só voltou a funcionar três anos e seis meses depois, quando Jader renunciou ao governo para se candidatar ao Senado.

Após garantir que a Rodomar não deve “um único tostão” ao BNDES, Luiz Otávio se dispôs a abrir mão de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, informando que desde que entrou na vida pública os bens que possui são um apartamento, o mesmo em que mora até hoje, e um automóvel:

– Desafio o presidente do PMDB a quebrar seu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Vamos ver como ele conseguiu, iniciando a vida pública pobre como eu, hoje ter empresa de rádio, jornal em seu nome, televisão, fazendas em todo o estado do Pará, mansões no Nordeste e em outras localidades, inclusive na capital federal, e prédios no exterior. De onde vêm esses recursos? Que milagre é esse? – indagou Luiz Otávio.